

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.273 – BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 9 DE ABRIL DE 2001

## Relatório sobre sigilo do painel de votações será entregue quarta-feira

Comissão que investiga a vulnerabilidade do sistema eletrônico instalado no Plenário pretende indicar os responsáveis pelas falhas apontadas em laudo dos peritos da Unicamp. Documento final será entregue ao presidente do Senado, ao primeiro-secretário, ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e ao corregedor da Casa.

PÁGINA 2

## Propostas em defesa da mulher entram na pauta

PÁGINA 3

Heloísa Helena destaca preocupação internacional com a condição feminina



Maldaner: "Prejuízo será passado para o povo"

Venda do Besc é inaceitável e revolta a população, afirma Casildo Maldaner

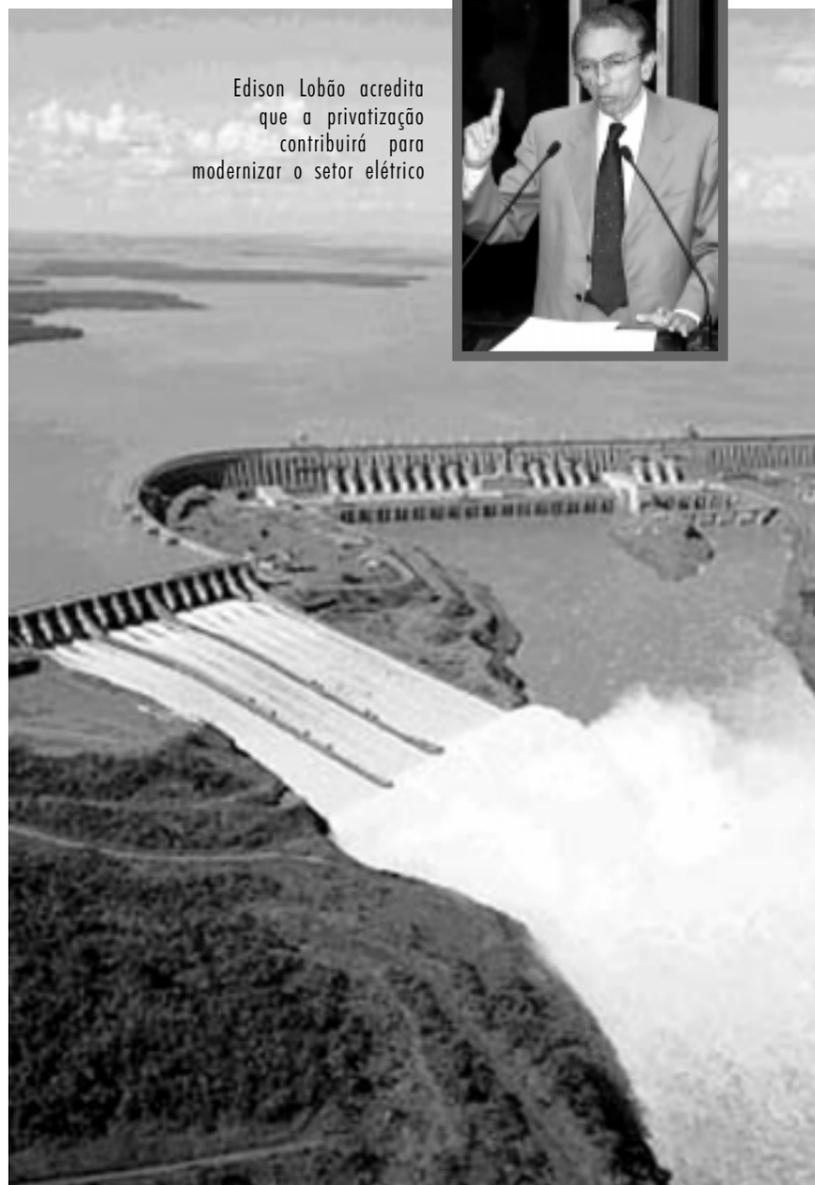
PÁGINA 4



Mozarildo Cavalcanti diz que Bolsa-Escola é unanimidade

Mozarildo propõe total dos recursos do Fundo de Pobreza para Bolsa-Escola

PÁGINA 5



Edison Lobão acredita que a privatização contribuirá para modernizar o setor elétrico



## CAE EXAMINA PROJETO QUE SUSPENDE VENDA DE ESTATAIS ELÉTRICAS

Já aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o projeto do senador Roberto Freire que suspende a privatização de empresas públicas de geração e transmissão de energia agora será examinado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Na sessão do Senado da última sexta-feira, os senadores Leomar Quintanilha, Carlos Patrocínio e Edison Lobão debateram os riscos de faltar eletricidade no país.

PÁGINAS 4 E 8

## Crédito para Pantanal foi destaque na semana

A autorização de empréstimo externo para a primeira fase do programa de desenvolvimento sustentável do Pantanal foi uma das principais matérias aprovadas na semana passada pelo Plenário do Senado.

PÁGINA 3

# Comissão que investiga violação do painel entrega conclusões na quarta

Relatório deverá incluir laudo preparado pelos técnicos da Universidade de Campinas e apontar os responsáveis pela vulnerabilidade do sistema de votações secretas do Plenário

A comissão do Senado que investiga a vulnerabilidade do sistema de votações secretas do Plenário apresentará suas conclusões na quarta-feira, informou seu presidente, Dirceu Teixeira de Matos. A comissão usará em suas conclusões o laudo preparado pelos técnicos da Universidade de Campinas (Unicamp) e deverá apontar os nomes dos responsáveis pela fragilidade do sistema de votações.

Os peritos da Unicamp concluíram que o sistema é vulnerável, mas não obtiveram provas de que tenha sido retirada dos computadores do painel alguma lista com os votos dados na sessão secreta que cassou o senador Luiz Estevão, em junho do ano passado. As conclusões da comissão de investigação serão entregues ao presidente do Senado, Jader Barbalho; ao primeiro-secretário, senador Carlos Wilson (PPS-PE); ao presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), e ao corregedor do Senado, senador Romeu Tuma (PFL-SP).

Caso a comissão aponte os responsáveis pela vulnerabilidade do painel, caberá ao primeiro-secretário abrir processo administrativo para possíveis punições. Já o presidente do Senado, se concordar com as sugestões da comissão para reduzir as fragilidades do sistema de votações, deverá determinar as mudanças necessárias. Jader Barbalho já anunciou em entrevista à imprensa que pretende responsabilizar a empresa Eliseu Kopp, do Rio Grande do Sul, fornecedora do painel de votações com os respectivos programas de computador. Essa responsabilização exige uma ação na Justiça.

## Publicação de revista motivou a apuração

Criada logo após a divulgação, pela revista *IstoÉ*, de uma conversa entre o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e três procuradores da República, a comissão ficou encarregada de descobrir se o painel de votações secretas era vulnerável e, para isso, foi contratada a avaliação de peritos da Unicamp. Na conversa, o senador teria afirmado, conforme a revista, que possuía uma lista com os nomes de quem votou a favor e contra a cassação do senador Luiz Estevão, apesar de ter sido uma sessão secreta. Diante da publicação, o presidente Jader Barbalho criou a comissão de investigação e as oposições pediram ao Conselho de Ética do Senado que examinasse se Antonio Carlos Magalhães havia ferido o decoro parlamentar.

A comissão está encerrando os trabalhos e o conselho já ouviu várias pessoas sobre o caso, inclusive jornalistas da *IstoÉ* e os



Técnicos da Unicamp fizeram perícia no sistema de votação eletrônica do Senado e apontaram 18 pontos vulneráveis

três procuradores da República, mas ainda não tem data para votar o relatório a ser apresentado pelo senador Roberto Saturnino (PSB-RJ). Na última quarta-feira, o conselho decidiu ouvir o jornalista Fernando Cesar Mesquita, ex-diretor da Secretaria de Comunicação Social do Senado, que esteve presente à conversa entre An-

tonio Carlos e os procuradores. Além disso, resolveu convocar o dono da empresa Eliseu Kopp, fabricante do painel de votações, os peritos da Unicamp que avaliaram a segurança do painel e o foneticista Ricardo Molina, que degravou uma das fitas que registraram a conversa de Antonio Carlos com os procuradores.

## Mauro Miranda assinala o aniversário de Niquelândia

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) registrou os 226 anos de emancipação política de Niquelândia (GO), no dia 19 de março. Localizado na região norte do estado, o município tem sua economia baseada na extração do níquel, em razão das grandes jazidas existentes na região.

O minério, segundo o senador, não só foi responsável pelo desenvolvimento da cidade – a população de Niquelândia, que em 1950 era de 10.938 habitantes, atualmente ultrapassa os 38 mil –, como atraiu empresas que se tornaram as principais geradoras de mão-de-obra da região – a Níquel Tocantins e a Codemi. Além do níquel, outros minerais também foram explorados no município, em escala inferior, como ouro, xisto betuminoso, diamante, mármore, estanho, manganês, bauxita, cobalto e ferro, informou.

Mauro também destacou a vocação de Niquelândia para a agricultura, com destaque para a produção de milho, arroz e feijão. Essa diversificação de atividades, explicou, proporcionou equilíbrio na balança comercial do município, impedindo que a extração do níquel permanecesse como a única fonte geradora de renda e mão-de-obra.

O senador também destacou as festas religiosas do município, entre elas a Romaria do Muquém, uma das mais tradicionais de Goiás, a Festa do Divino Espírito Santo e a Congada.

## AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 9 DE ABRIL DE 2001

### PLENÁRIO

14h30 – Sessão não deliberativa

### PREVISÃO

#### PLENÁRIO

Terça-feira  
14h30 – Sessão não deliberativa

Quarta-feira  
14h30 – Sessão não deliberativa

### PRINCIPAIS FALHAS DO SISTEMA, SEGUNDO A UNICAMP

- O sistema possui unidades para disquetes, o que permitiria a gravação de arquivos de votações.
- Pode-se gravar uma lista com os votos dos senadores durante o processo de votação secreta.
- As senhas usadas pelos 81 senadores para dar o voto no painel ficam armazenadas no sistema, o que permitiria sua obtenção.
- As informações das sessões secretas não são criptografadas (codificadas), tendo assim formato recuperável.
- As senhas de acesso ao sistema de computadores ligados ao painel são óbvias, permitindo que sejam identificadas mediante exercícios simples.
- O voto de um senador pode ser alterado durante a votação, desde que alguém conheça a senha do senador.
- Os cabos que interligam os computadores de votação estão desprotegidos. Isso permite que se instale um "grampo" na rede, para conhecer informações ou até mesmo alterá-las.

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

#### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Jader Barbalho  
1º Vice-Presidente: Edison Lobão  
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares  
1º Secretário: Carlos Wilson  
2º Secretário: Antero Paes de Barros  
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti  
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Carlos Augusto Setti  
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150  
Diretor do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170  
Diretor da Agência Senado: Marcos Dantas de Moura Magalhães (61) 311-3327

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa  
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda  
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho  
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo  
Arte: Cirilo Quartim

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

# Senado vota projetos em defesa de direitos da mulher

Exigência de cobertura de gastos com cirurgia de restauração de mama, informação obrigatória às vítimas de estupro sobre a possibilidade legal de fazer o aborto e tipificação do assédio sexual como crime estão na pauta do Plenário do dia 18

Três projetos em favor da mulher serão votados no próximo dia 18 pelo Plenário do Senado. Na opinião da senadora Heloísa Helena (PT-AL), eles refletem uma tendência do Direito Internacional de crescente preocupação com a condição feminina. Um dos projetos tipifica o assédio sexual como crime. Outro exige que as delegacias informem às vítimas de estupro que, na hipótese de gravidez, elas têm direito a fazer aborto. O terceiro obriga as empresas de saúde a cobrirem despesas com cirurgias de restauração de mama em decorrência de câncer.

O projeto que pune o assédio sexual define esse crime como importunar alguém com o objetivo de obter favores sexuais, abusando da relação de autoridade ou ascendência inerentes ao cargo. Heloísa Helena disse que o projeto associa o assédio sexual ao abuso de poder ou hierarquia, situação em que "o agressor se prevalece da autoridade ou ascendência sobre a vítima".

Assinado pela deputada federal

Iara Bernardi (PT-SP), o projeto prevê a punição do autor de assédio sexual com pena de três meses a um ano de detenção. A pena será aumentada se o agente for padrasto, madrasta, irmão, tutor, curador, preceptor, ascendente ou descendente da vítima. Implica também aumento da pena o crime cometido por quem se prevalece de relações domésticas, religiosas ou de confiança. A pena também pode aumentar se a vítima estiver presa ou internada em hospital ou casa de custódia ou se for considerada juridicamente incapaz.

O projeto que obriga os delegados a informarem às vítimas de estupro que elas têm direito a fazer aborto determina que as delegacias fornecerão, no ato do registro policial, a relação das unidades hospitalares públicas aptas a realizarem a interrupção da gravidez. De autoria do deputado Professor Luizinho (PT-SP), o texto estabelece ainda que, para haver o aborto, tem de haver o consentimento da gestante ou, quando esta for incapaz, de seu representante legal.

Na semana passada, o Senado também acatou projeto que permite ao empregado escolher o banco onde receberá o seu salário



## Senadores aprovam verba para preservar Pantanal e novo destino a recursos do FAT

Entre os projetos aprovados semana passada pelo Senado, um dos mais importantes foi a resolução que autoriza a União a contrair empréstimo de US\$ 82,5 milhões junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para financiar o desenvolvimento sustentável do Pantanal Mato-Grossense. O dinheiro será usado em infra-estrutura e saneamento, priorizando-se o desenvolvimento de atividades econômicas que não prejudiquem o meio ambiente.

Os senadores também aprovaram substitutivo do senador Waldeck Ornélas (PFL-BA) a projeto do ex-senador Humberto Lucena determinando que R\$ 1 bilhão do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) seja depositado em conta especial remunerada da Caixa Econômica Federal, para movimentação imediata. O texto destina 70% desses recursos a linhas de crédito para pequenas e microempresas.

Pela unanimidade do Plenário, a Casa aprovou ainda proposta de emenda constitucional que torna obrigatório o início no Senado a discussão e votação dos projetos concernentes à estrutura federati-

va e que interessem a um ou mais estados. O texto aprovado foi um substitutivo a iniciativa do senador Waldeck Ornélas, o qual entende que projetos capazes de interferir no equilíbrio federativo devem ter sua deliberação iniciada na Casa voltada para a preservação da Federação, ou seja, o Senado.

Na mesma sessão, foi aprovado substitutivo da CCJ que torna inelegível para o Senado o senador que estiver no meio do mandato, salvo se renunciar até a data da convenção partidária. Autor do projeto, o senador Antero de Barros (PSDB-MT) o defendeu com o argumento de que, quando senadores resolvem se candidatar tendo ainda quatro anos de mandato a cumprir, comprometem-se a eficácia da alternância prevista para ocorrer de quatro em quatro anos.

Outro projeto acolhido altera a CLT para garantir ao empregado o direito de indicar ao patrão a instituição bancária onde deseja ver depositado mensalmente seu salário. A mudança se aplica às empresas situadas em área urbana e admite que o empregado também receba o salário em cheque

emitido diretamente pelo empregador, salvo se analfabeto. Nesse caso, o pagamento somente poderá ser efetuado em dinheiro.

Os senadores aprovaram ainda iniciativa garantindo aos avós o direito de visitarem seus netos em caso de divórcio familiar. Em defesa da matéria, a senadora Maria do Carmo (PFL-SE) afirmou que a mudança dará mais equilíbrio à família. Foi também aprovado projeto dando prioridade ao julgamento de processos que envolvam a demissão de empregados por justa causa. Ao longo da semana, foram aprovados ainda decretos outorgando ou renovando a concessão para o funcionamento de 16 emissoras de rádio.

Também na semana passada, o Plenário aprovou urgência para a tramitação de três projetos de interesse da bancada feminina no Congresso. Um tipifica o assédio sexual como crime, outro obriga as empresas de seguro-saúde a cobrirem despesas com cirurgias plásticas de restauração de mama em decorrência de câncer e o terceiro exige que as delegacias informem às vítimas de estupro que elas têm direito a realizar aborto.

Segundo a senadora Heloísa Helena, o esforço crescente para garantir os direitos femininos na lei é uma tendência mundial



### Jader apoiou pedido de urgência

Votados no mês passado na Câmara dos Deputados, os três projetos foram levados pela bancada feminina no Congresso ao presidente do Senado, Jader Barbalho. Ele apoiou imediatamente o pedido de urgência que fará com que essas iniciativas sejam votadas logo depois da Semana Santa.

O texto que obriga os planos e seguros privados de saúde a realizarem a cirurgia reparadora de mama visa a corrigir uma omissão na lei que regulamentou a atuação desses serviços. Autora do projeto de lei, a deputada federal Jandira Feghali (PCdoB-RJ) alegou que, no Brasil, milhares de mulheres pagam seus planos de saúde e, na hora que precisam utilizar seus serviços, se vêem desamparadas pela legislação.

Enfermeira, a senadora Heloísa Helena informou que os órgãos públicos de saúde já são obrigados a realizar esse procedimento, devendo o Legislativo garantir o mesmo direito às mulheres que optaram por pagar planos privados. Na opinião da senadora, o projeto repara uma falha do modelo assistencial brasileiro, que não oferece mecanismos capazes de reduzir os riscos de câncer de mama a que as mulheres estão sujeitas.

— Como se não bastasse isso, após o trauma gigantesco da mastectomia, a mulher brasileira ainda fica à mercê das conveniências dos planos de saúde, já que a lei não os obriga a realizar a cirurgia reparadora — reclamou ela, em defesa do projeto.

### Bancada de Mato Grosso registra pesar por morte de empresário

Foi aprovado sexta-feira pelo Plenário do Senado requerimento assinado pelos senadores de Mato Grosso Antero Paes de Barros (PSDB), Jonas Pinheiro (PFL) e Carlos Bezerra (PMDB), solicitando a inserção em ata de "um voto de profundo pesar" pelo falecimento do empresário Antônio

Ferraz Oliveira e a apresentação de condolências à família.

Ao encaminhar o requerimento, Antero lembrou que Ferraz Oliveira foi vereador, prefeito do município de Santo Antônio do Leverger (MT) e presidente da Associação Comercial de Cuiabá, além de importante empresário no setor de turismo.



Antero Paes de Barros foi um dos signatários do requerimento de voto de pesar

# Projeto contra privatização é destaque da semana

Proposta que impede a desestatização de empresas do setor elétrico é aprovada pela CCJ e segue agora para a CAE, que acolhe a iniciativa do governo de transferir para o ministro do Planejamento competência para aumentar capital de estatais

No trabalho realizado pelas comissões do Senado, na semana passada, sobressaiu-se a aprovação de projeto do senador Roberto Freire (PPS-PE) que impede a privatização das empresas públicas do setor de geração e transmissão de energia. Ressalvando que não se opõe à participação do capital privado nesse setor, Freire observou que as atuais geradoras e transmissoras de energia devem continuar públicas, para evitar que uma privatização apressada provoque crise no setor.

O parlamentar também sustentou que a atividade do setor elétrico é extremamente complexa, daí por que a decisão a respeito de sua privatização não pode ser tomada com base em autorização legislativa genérica e sem a participação efetiva do Congresso. O projeto de Freire seguiu para o exame da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) depois de ser aprovado

pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A CCJ também aprovou proposta de emenda constitucional do senador Nabor Júnior (PMDB-AC) que obriga o presidente da República, governadores e prefeitos a renunciarem aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito, se quiserem concorrer a quaisquer cargos eletivos, inclusive à reeleição.

A mesma comissão aprovou e enviou para a CAE projeto do senador Osmar Dias (PSDB-PR)

que prevê a apresentação de relatório de impacto econômico-social como condição prévia para as concessões de serviços públicos. A iniciativa determina que o relatório deverá conter informações sobre o número de empregos que serão criados.

No mesmo objetivo de propiciar transparência administrativa, Osmar Dias conseguiu aprovar projeto que obriga a publicação na imprensa oficial

e a divulgação pela Internet de todos os contratos de concessão pública formalizados pelo Estado. Por esse projeto, no caso de concessão para cobrança de pedágio em rodovias, a concessionária deverá tornar pública planilha com demonstração de custos e receitas a cada três meses.

## ESTATAIS

Já a CAE aprovou parecer favorável a projeto do governo que transfere para o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão a competência que tem o presidente da República de autorizar o aumento do capital social de empresas públicas e sociedades de economia mista. A matéria será ainda apreciada pela CCJ, antes de seguir para votação em Plenário.

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou, na forma de substitutivo, projeto que permite aos hospitais universitários captarem recursos provenientes de internações hospitalares pagas, as quais poderão ocupar até 25% dos seus leitos. O projeto, de autoria do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), altera a Lei Orgânica da Saúde e teve parecer favorável do relator, senador Geraldo Althoff (PFL-SC).



Nabor Júnior é autor da PEC que prevê desincompatibilização de ocupantes de cargos no Executivo

## Hartung rebate críticas à correção da tabela do IR

As afirmações do líder do governo na Câmara, deputado Arnaldo Madeira (PSDB-SP), contrárias ao projeto que corrige em 28,4% a tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF), provocaram uma reação indignada do autor da proposta, senador Paulo Hartung (PPS-ES). "As críticas que fazem ao projeto são desonestas e pouco esclarecedoras. O líder do governo sabe muito bem que, como autor do projeto, nunca me faltou disposição para o diálogo e que, para acelerar a discussão, já concordei até em alterar o ano base de 2000 para 2001", revelou o senador.

Hartung não concordou com os argumentos de que a proposta é inconstitucional e beneficiaria quem ganha altos salários, lembrando que

o presidente Fernando Henrique admitiu a necessidade de correção no Imposto de Renda. Para o senador, a liderança do governo apresenta seguidos argumentos contrários à aprovação do



"As críticas são desonestas", afirma Paulo Hartung

projeto para protelar indefinidamente a correção da tabela. O senador também rejeita o argumento de que há outras 83 matérias com pedido de urgência na Câmara e que, por isso, o seu deveria entrar na fila. Segundo ele, Madeira está pressionando o presidente da Câmara, deputado Aécio Neves (PSDB-MG), para adiar

a votação do pedido de urgência para o projeto.

O expediente, na opinião de Hartung, é mais uma tentativa de usar o Regimento Interno da Câmara para manter a tabela congelada por mais um ano.

## Maldaner: desestatização do Besc revolta catarinenses

A possibilidade de que o Banco do Estado de Santa Catarina (Besc) seja privatizado, segundo o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC), tem revoltado a população do estado. O parlamentar disse na sexta-feira que o banco precisaria de mais de R\$ 1 bilhão do governo federal para ser saneado e entregue à iniciativa privada. O senador chamou a atenção para o fato de que, para o estado conseguir quitar uma dívida desse tamanho, seriam necessários pelo menos 30 anos, o mesmo tempo de existência da instituição.

Na avaliação do senador, para quem é inaceitável que o banco seja vendido, o Besc é patrimônio dos catarinenses, cumpre uma função social ao estar presente nos 293 municípios do estado e permite, por exemplo, que idosos não tenham que se deslocar para

outras cidades a fim de receber suas aposentadorias.

Casildo Maldaner acrescentou que a instituição bancária atende aos excluídos e fomenta os pequenos negócios, além de ajudar na interiorização do desenvolvimento do estado. A perspectiva de que o Besc seja privatizado deixa apreensivos os usuários das pequenas agências do interior, que podem ver fechadas as portas do banco que utilizam, disse. O senador também afirmou que, com a privatização, as famílias dos 5 mil funcionários do banco correm o risco de perder o emprego.

O parlamentar defendeu o "enxugamento" do banco, a criação de um plano de demissão voluntária e a correção das irregularidades, como as constatadas em depoimentos da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE).



Maldaner ressalta missão social cumprida pelo Besc

## Uso de silicone terá audiência pública

A requerimento da senadora Maria do Carmo (PFL-SE), a CAS aprovou a realização de uma nova audiência pública para discutir o uso de silicone. Projeto que regulamenta os procedimentos com o silicone está em tramitação na comissão, e o relator da matéria, senador Sebastião Rocha (PDT-AP), sugeriu que essa audiência conte com representantes da Sociedade Brasileira de Dermatologia, do Conselho Brasileiro de Oftalmologia e da Sociedade Brasileira de Medicina Estética, além do cirurgião Ivo Pitanguy.

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional aprovou requerimento do senador Paulo Hartung (PPS-ES) propondo a criação da Subcomissão Permanente de Comércio Exterior, com o objetivo de acompanhar e promover debates sobre as consequências do possível ingresso do Bra-

sil na Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Hartung disse que é preciso dinamizar o debate e a avaliação desse acordo, ouvindo todos os segmentos envolvidos na questão.

A Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga irregularidades no futebol aprovou quatro requerimentos de informações apresentados por seu relator, senador Geraldo Althoff (PFL-SC). O primeiro solicita à CBF informações sobre empréstimos e financiamentos contratados pela entidade junto ao Delta National Bank



Maria do Carmo Alves apresentou requerimento para realização da audiência pública sobre silicone

ou Delta Bank, desde 1997. Outro, pede informações a cartórios do Rio de Janeiro sobre contratos de empréstimos entre pessoas físicas e jurídicas em favor de empresas de propriedade de Ricardo Teixeira.

A terceira solicitação pede a transferência, para a CPI, do sigilo fiscal da empresa R. L. J. Participações Ltda., também de propriedade de Teixeira. O quarto requerimento solicita ao Banco Central informações sobre as operações financeiras realizadas pela empresa Ameritech Holding Ltda.

# Patrocínio sugere debate sobre ensino a distância

Senador pediu ao Ministério da Educação que proponha normas avançadas para permitir a expansão dessa modalidade de ensino

O caminho da redefinição da educação brasileira, especialmente da escola pública, passa pela educação a distância. A afirmação é do senador Carlos Patrocínio (PFL-TO), que sexta-feira apelou ao poder público para fazer mais do que faz atualmente com a TV Escola, e propôs o debate do ensino a distância dentro do Congresso.

— O Brasil não pode esperar mais: nas circunstâncias em que vivemos, não incentivar a educação a distância ou impedir sua rápida expansão é a maneira mais fácil e cruel de perpetuar os mecanismos de exclusão social que há séculos nos infernizam — disse Patrocínio.

Para o senador “a vitoriosa experiência da TV Escola tem que ser reproduzida em série, e cursos de licenciatura a distância precisam ser multiplicados”. Patrocínio pediu ao Ministério da Educação que proponha normas avançadas para essa modalidade de ensino, com o objetivo de permitir que “experiências inova-



Patrocínio diz que educação a distância deve estar presente em várias áreas

doras no setor não sejam cerceadas pelo excesso de amarras e entraves burocráticos”.

Patrocínio entende que a proposição dessas normas permitiria, ainda, “estimular as mais diversas instituições e organizações a investir nessa modalidade de ensino, que tem o dinamismo e a flexibilidade suficientes para responder aos desafios da sociedade contemporânea”. O senador considera que, apesar dos avanços quantitativos do sistema educacional brasileiro, este “padece de forma aguda de um grande mal: o precário desempenho”.

Não basta colocar todas as crianças na escola, alertou o parlamentar. — Necessário se faz garantir-lhes educação de qualidade, sem a qual todo o esforço despendido terá sido em vão — afirmou, para acrescentar que realizar essa tarefa exige professores bem remunerados e bem formados.

Segundo Patrocínio, a modalidade de educação a distância deve es-

tar presente de maneira vigorosa em várias áreas.

— Para um país como o nosso, de dimensões continentais e com tanto tempo perdido a recuperar, essa modalidade educacional não é luxo, muito menos modismo, mas sim absolutamente indispensável — destacou.

O exemplo da TV Escola é apontado pelo senador como prova da contribuição que a educação a distância pode dar para aprimorar professores, ensinar alunos, difundir técnicas e reciclar profissionais nos mais diversos campos de atividade. Patrocínio destacou o trabalho desenvolvido pela Confederação Nacional dos Transportes, que transmite um programa de educação a distância para mais de 1.600 postos de recepção, instalados em empresas, federações e sindicatos, além de 75 unidades da própria entidade.

Em apertes, os senadores Leomar Quintanilha (PPB-TO) e Arlindo Porto (PTB-MG) apoiaram o pronunciamento de Patrocínio e enfatizaram a necessidade de o país ousar e avançar, ainda mais rápido, no campo da ampliação e do aprimoramento dos níveis de educação e de capacitação da sociedade brasileira.

# Mozarildo quer totalidade do Fundo de Pobreza aplicada no Bolsa-Escola

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) propôs ao governo a utilização da totalidade dos recursos do Fundo de Pobreza no Programa Bolsa-Escola. A medida acrescentaria R\$ 2,3 bilhões ao R\$ 1,7 bilhão a ser investido a partir deste mês ou de maio, assegurando uma renda de R\$ 70 a R\$ 80 a cada família beneficiada que mantenha os filhos na escola, justificou. A sugestão foi apresentada sexta-feira em Plenário, quando o senador analisou as repercussões sociais do programa. Mozarildo disse que o Bolsa-Escola é uma “unanimidade nacional”.

Conforme disse, o Bolsa-Escola hoje garante R\$ 15 mensais a famílias que mantenham um filho na escola, R\$ 30 àquelas com dois filhos e R\$ 45 às que tenham três ou mais filhos. Esses números são expressivos, afirmou, mas ainda modestos se confron-

tados com as carências existentes.

O programa foi universalizado pelo governo de Fernando Henrique, segundo o senador, e visa ampliar às famílias de baixa renda oportunidades de vida “que só a educação proporciona”. Neste ano, acrescentou, serão beneficiadas 5,9 milhões de famílias com renda *per capita* inferior a meio salário mínimo e com filhos ou dependentes entre seis e 15 anos matriculados no ensino fundamental.

O Bolsa-Escola tem ainda o objetivo indireto de melhorar a distribuição de renda, para interromper o ciclo perverso que condena filhos de pobres a também serem pobres, afirmou. Com



Mozarildo Cavalcanti: a medida garantirá renda maior para as famílias

o aumento dos recursos aplicados no programa, ele disse acreditar na possibilidade real de melhoria das condições de vida das famílias com renda muito baixa, condições que, a seu ver, forcem a existência do trabalho infantil.

O senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) concordou com Mozarildo e citou o êxito de programa similar ao Bolsa-Escola, o Pioneiros Mirins, que o governo do Tocantins implantou nos municípios do estado. O senador Lauro Campos (PT-DF), por sua vez, reconheceu os méritos do programa, mas criticou o crescimento das escolas particulares e o sucateamento do ensino público.

# Escolas do Tocantins terão “kit” tecnológico, diz Eduardo

Ainda este ano, todos os municípios do Tocantins terão nas escolas rurais pelo menos um *kit* tecnológico composto de aparelho de TV, videocassete e antena parabólica, segundo o senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO). Ele disse ter recebido a informação



Eduardo destaca que cerca de 600 localidades no estado serão beneficiadas

durante audiência com o ministro da Educação, Paulo Renato Souza. O *kit*, conforme explicou, é importante como instrumento didático e por levar a revolução tecnológica aos lugares mais distantes do país.

— Desta forma, deixa de existir a discriminação que tem sido a tônica no tratamento do interior brasileiro, das áreas rurais, de

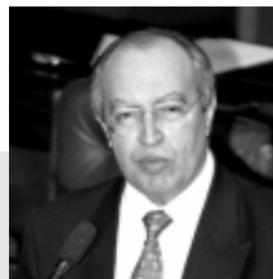
que é exemplo mais gritante o sistema de saúde e Previdência Social, que só chegou ao campo na segunda metade do século findo — afirmou.

A medida, ressaltou, deverá contribuir para que se apresse no Tocantins a implantação do Progra-

ma de Desenvolvimento Energético de Estados e Municípios, que permitirá o atendimento de cerca de 20 mil famílias, através de mais de 18 mil quilômetros de linhas energéticas. Cerca de 600 dessas localidades deverão ser beneficiadas pelo programa da Eletronorte, viabilizando o aproveitamento dos *kits* nas áreas rurais.

# Lúcio Alcântara elogia obra sobre a educação brasileira

O lançamento da obra *Geografia da Educação Brasileira* foi elogiado pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE). Editada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), a publicação reúne os principais indica-



Alcântara destaca importância do Inep para melhoria do ensino no país

dores educacionais do país, por regiões geográficas e unidades da Federação, configurando um sistema de informações transparente que torna disponível aos educadores e pesquisadores e ao público em geral todos os resultados das avaliações e levantamentos estatísticos.

Segundo o senador, os indicadores levantados pelo Inep — agora reunidos na *Geografia* — têm permitido não só acompanhar, mas também planejar e desenvolver políticas que se revelaram mais eficazes para melhorar as condições de ensino. A obra inova ao apresentar esses indicadores com a devida definição, forma de cálculo, fonte de dados e esclarecimentos metodológicos, além de análise sobre seu desempenho numa linguagem acessível aos que não dominam as técnicas estatísticas.

— A educação é hoje a priori-

dade número um da sociedade brasileira. Por isso espero que *Geografia da Educação Brasileira* venha a se transformar num instrumento efetivo de democratização das informações, dando suporte à elaboração de estudos e à im-

plantação de programas que possam elevar a qualidade do ensino — disse Alcântara.

Ele mencionou como um grande estímulo para a melhoria do ensino a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), cujos recursos exerceram forte impacto sobre a receita de 2.153 dos municípios mais pobres do país.

*Geografia da Educação Brasileira* apresenta os indicadores em blocos, por meio dos quais são respondidas as seguintes questões: em que contexto social se desenvolve o processo educacional; o que as escolas oferecem aos seus alunos; quem tem acesso à educação; como os alunos evoluem dentro do sistema; o que os alunos são capazes de aprender e qual é o seu desempenho escolar; e quanto se gasta e quem financia a educação.

# Luiz Otávio ressalta Projeto Alvorada

O programa, que será lançado amanhã no Pará pelo ministro da Saúde, José Serra, destinará cerca de R\$ 200 milhões para o estado. Devem ser beneficiados 83 dos 143 municípios paraenses

O senador Luiz Otávio (sem partido-PA) anunciou sexta-feira em Plenário o lançamento no Pará do Projeto Alvorada, que prevê investimentos em infra-estrutura nas áreas mais carentes do Brasil. Segundo o parlamentar, o ministro da Saúde, José Serra, irá amanhã ao estado para lançar o programa, que beneficiará municípios

com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) muito baixo.

De acordo com o senador, 83 dos 143 municípios do Pará serão beneficiados pelo Projeto Alvorada. O Estado receberá mais de R\$ 200 milhões, dos R\$ 11,5 bilhões destinados ao projeto em sua primeira fase. Os recursos serão utilizados em saneamento e educação, com

ênfase na construção de redes de esgotos e de captação e distribuição de água.

— Na educação, haverá recursos não somente para a bolsa-escola, como também para a melhoria da estrutura da escola e do próprio nível de ensino — disse o senador, ressaltando que serão beneficiados 2,2 milhões dos seis milhões de ha-

bitantes paraenses. Entre os objetivos do projeto estão a inclusão de todas as crianças na escola e a erradicação do trabalho infantil.

Luiz Otávio acrescentou que pleiteia a inclusão de municípios paraenses criados depois do levantamento feito pelo IBGE que identificou as cidades a serem beneficiadas pelo Projeto Alvorada.



Luiz Otávio reivindica a inclusão de novos municípios do Pará no Projeto Alvorada



Wellington Roberto acredita que a transposição das águas do São Francisco abrirá novos horizontes

## Wellington registra marco na transposição do São Francisco

O ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, inaugurou em Patos (PB), no último dia 9, a ponte sobre o rio Espinharas, que coincidiu com a fixação do marco zero da transposição das águas do rio São Francisco. O registro foi feito pelo senador Wellington Roberto (PMDB-PB), ressaltando que a ponte facilitará a vida dos trabalhadores da cidade e que a transposição do São Francisco abrirá novos horizontes de desenvolvimento.

O senador observou que Patos é uma comunidade próspera, que faz jus a investimentos do poder público, que se traduzem em crescimento econômico, empregos e desenvolvimento social. De acordo com o parlamentar, a presença do ministro Fernando Bezerra na cidade dá a dimensão da importância atribuída a essas duas iniciativas.

Wellington lembrou que o projeto de realizar a transposição do Rio São Francisco esbarrou em resistências políticas, que invocaram inconvenientes técnicos. “Felizmente, prevaleceu o bom senso”, disse.

— A transposição, como é óbvio, não é uma panacéia para todos os problemas do Nordeste. Mas erradica o principal deles, que é a falta d’água — afirmou.

## Samuel Becket e Bertolt Brecht são temas de palestra na TV

A TV Senado programou para hoje, às 10h, palestra com o filósofo Gerd Bornheim. As peças teatrais escritas por Samuel Becket e Bertolt Brecht fundamentam a leitura que o filósofo faz sobre o tema *Tempo e Espaço: do Sagrado ao Profano*. Entre suas publicações se destacam: *O Conceito de Descoberto*, *Dialética — Teoria e Práxis* e *O Idiota e o Espírito Objetivo*.

Também hoje, às 6h, 9h e 12h, a TV Senado exibe o especial *Pantanal*, cedido pelo Ministério do Meio Ambiente. O programa foi produzido a propósito da aprovação semana passada, pelo Senado, da resolução que autoriza o governo federal a tomar empréstimo de US\$ 82,5 milhões junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para financiamento da primeira fase do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Pantanal Mato-Grossense. Os recursos serão usados em investimentos em infra-estrutura, principalmente em saneamento, para promover o desenvolvimento de atividades econômicas na região que não prejudiquem o meio ambiente.

No programa *Idéias* o telespectador vai saber, entre outros assuntos, da polêmica em torno do projeto de transposição do Rio São Francisco, a falta de uma legislação sobre clonagem e os investimentos para o Pantanal brasileiro. O *Idéias* vai ao ar hoje às 8h, 11h30 e 19h.

O programa *Fala Cidadão* traz hoje, entre outros assuntos, a reforma política, o projeto aprovado pelo Senado sobre as rádios comunitárias e energias alternativas. O telespectador vai saber o que o Congresso Nacional já aprovou em seis anos de discussão, quem pode operar uma rádio comunitária e se as energias alter-



Moreira acredita que os investimentos do governo no ecoturismo amazônico atrairão a atenção do turista

nativas podem se tornar uma saída para evitar os blecautes no Brasil. A TV Senado exibe o *Fala Cidadão* às 5h e 13h.

O senador Moreira Mendes (PFL-RO) fala do turismo no Brasil no programa *Entrevista*, que a TV Senado exibe hoje, às 3h30, 7h30, 12h30 e 20h30. O senador acredita que os investimentos do governo federal para o ecoturismo na Amazônia atrairão a atenção do turista internacional. E comemora o crescimento, qualitativo e quantitativo, do turismo interno.

O ministro das Relações Exteriores de Cuba, Felipe Perez Roque, é o convidado do programa *Entrevista* das 9h30 e 18h30. Ele fala sobre as relações entre Cuba e o Brasil e sobre o Mercosul.

Planejamento municipal é o tema discutido no programa *Debate* que vai ao ar hoje pela TV Senado. O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) e o presidente da Associação Brasileira de Municípios, Welson Gasparini, analisam a situação atual dos municípios brasileiros, que hoje já somam 5.559. O senador apresenta também a cartilha *Planejamento em Município de Médio e Pequeno Porte*, desenvolvida pelo Instituto Teotônio Vilela, da qual é presidente. O *Debate* vai ao ar às 6h30, 13h30 e 19h30.

## PROGRAMAÇÃO



### TV SENADO

#### HOJE

6h — *Especial* — Pantanal  
6h30 — *Debate* — O sen. Lúcio Alcântara e o presidente da Associação Brasileira de Municípios, Welson Gasparini, falam sobre o planejamento municipal  
7h30 — *Entrevista* — O sen. Moreira Mendes fala sobre o turismo no Brasil  
8h — *Idéias* — Os senadores: opinião, discursos e novos projetos  
8h30 — *Saúde/Unip* — Correções de deformações congênitas — Parte 1  
9h — *Especial* — Pantanal  
9h30 — *Entrevista* — O ministro das Relações Exteriores de Cuba, Felipe Perez Roque, fala sobre as relações Cuba, Brasil e o Mercosul  
10h — *Palestra* — O filósofo e professor Gerd Bornheim fala sobre: *O Tempo e Espaço: do Sagrado ao Profano*  
11h30 — *Idéias* — Os senadores fazem discursos e apresentam novos projetos  
12h — *Especial* — Pantanal  
12h30 — *Entrevista* — O sen. Moreira Mendes fala sobre o turismo no Brasil  
13h — *Fala Cidadão* — Discursos e novos projetos apresentados pelos senadores  
13h30 — *Debate* — O sen. Lúcio Alcântara e o presidente da Associação Brasileira de Municípios, Welson Gasparini, falam sobre o planejamento municipal  
14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)

18h30 — *Entrevista* — O ministro das Relações Exteriores de Cuba, Felipe Perez Roque, fala sobre as relações Cuba, Brasil e o Mercosul  
19h — *Idéias* — Discursos e novos projetos apresentados pelos senadores  
19h30 — *Debate* — O sen. Lúcio Alcântara e o presidente da Associação Brasileira de Municípios, Welson Gasparini, falam sobre o planejamento municipal  
20h30 — *Entrevista* — O sen. Moreira Mendes fala sobre o turismo no Brasil  
21h — *Jornal do Senado* — O resumo das atividades do Senado  
21h30 — Sessão Plenária (representação)

### RÁDIO SENADO

#### HOJE

8h — *Agenda Senado*  
Em seguida — Música e informação  
14h30 — Sessão Plenária do Senado (ao vivo)  
Em seguida — Música e informação  
19h — *A Voz do Brasil*  
Em seguida — Música e informação  
20h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Nordeste  
Em seguida — Música e informação  
21h — *Senado em Linha Direta* — Edição Norte/Centro-Oeste  
Em seguida — Música e informação  
21h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Sul/Sudeste  
Em seguida — Música e informação  
24h — Sessão Plenária do Senado (reprise)  
Em seguida — Música e informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



## COMO SINTONIZAR

### TV SENADO

Informações técnicas para recepção do sinal da TV Senado  
Net: operadora local informa o número do canal  
DirecTV: canal 163  
Sky Net: canal 30  
Tecsat: canal 17  
Internet: www.senado.gov.br  
Antena Parabólica — Sistema Digital:  
• Satélite: B1  
• Transponder: 1 BE (Banda Estendida)  
• Polarização: Vertical  
• Frequência: 3.644,4 MHz  
• Frequência (Banda - L): 1.505,75 MHz  
• Antena: 3,6 m  
• PID: Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110  
Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG-2 DVB  
• Symbol Rate: 3,2143Ms/s  
• FEC: 3/4  
Antena Parabólica — Sistema Analógico:  
• Satélite - B1  
• Transponder - 11 A-2 (canal 8)  
• Polarização: Horizontal  
• Frequência — 4.130 MHz

### RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:  
• Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C  
• Receptor ABR 200, ComStream  
• LBN DRO ComStream  
• 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:  
• Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz  
• Satélite: Brasilsat B2  
• Polarização: Vertical (RX)  
• Modo: Joint-Stereo  
• Taxa: 128 Kbps-BPSK  
• Programação ABR: CC,1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

# Viana quer equilíbrio regional na composição do STJ

Proposta de emenda constitucional apresentada pelo senador muda os critérios de escolha dos ministros do Superior Tribunal de Justiça. Segundo ele, “é preciso estabelecer um sistema que respeite o princípio federativo de igualdade entre os estados”

O senador Tião Viana (PT-AC) defendeu na sexta-feira a aprovação de proposta de emenda constitucional (PEC) de sua autoria que modifica os critérios de escolha dos juízes dos Tribunais Regionais Federais e dos desembargadores dos tribunais de Justiça indicados para compor o Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Entre as mudanças sugeridas pelo senador, os juízes dos Tribunais Regionais Federais, que totalizam um terço das vagas do STJ, não poderão exceder o número de quatro para cada região do país. Quanto aos desembargadores dos tribunais de Justiça, que também ocupam um terço das vagas do STJ, Viana propõe o limite de quatro por estado.

— Essa PEC pretende corrigir a distorção de a maioria dos desembargadores e juízes dos tribunais serem oriundos de estados do Centro-Sul do país. É a antiga política café-com-leite que continua a imperar. Nós, que somos das regiões Norte ou Nordeste, precisamos nos sentir representados em cortes que são de fundamental importância para a luta em prol da igualdade e da justiça social — disse o senador.

Nesse sentido, ele apelou ao presidente do STJ, ministro Paulo Costa Leite, para que na próxima lista tríplice a ser elaborada pelo tribunal o critério da diversidade regional — mesmo ainda não sendo lei — pese na indicação dos nomes que serão encaminhados ao presidente da República. É o presidente quem faz a escolha final do nome do ministro que ocupará uma das 33 vagas do tribunal, submetendo a opção ao crivo do Senado (*veja matéria abaixo*). Viana também solicitou ao presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Bernardo Cabral (PFL-AM),

que acelere a tramitação da PEC.

Tião Viana esclareceu que não discorda dos demais pressupostos necessários para as indicações dos ministros do STJ. Porém, reafirmou sua opinião de que a Constituição precisa estabelecer um critério que respeite o princípio federativo de igualdade entre os estados.

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) manifestou, em aparte, apoio à proposta de Viana, acrescentando que, apesar de representar um estado que participa do centro de decisões, defende a tese da interiorização do desenvolvimento como forma de combater as desigualdades regionais.



Segundo Tião Viana, a PEC pretende corrigir uma distorção que beneficia os estados do Centro-Sul do país

## Escolha de ministros é definida pela Constituição

A escolha dos ministros do Superior Tribunal de Justiça é definida pelo parágrafo único do art. 104 da Constituição, que estabelece a nomeação dos magistrados pelo presidente da República dentre brasileiros com mais de 35 e menos de 65 anos. A Constituição determina ainda que os escolhidos precisam ter notável saber jurídico e reputação ílibada e devem ter seus nomes aprovados pelo Senado.

Os critérios fixados pela legislação para a escolha dos magistrados pre-

vêm ainda que um terço da composição do STJ deve ser escolhido dentre juízes dos Tribunais Regionais Federais e um terço dentre desembargadores dos tribunais de Justiça, indicados em lista tríplice elaborada pelo próprio tribunal. Finalmente, um terço deve ser escolhido, em partes iguais, dentre advogados e membros do Ministério Público federal, estadual, do Distrito Federal e dos territórios, alternadamente.

A PEC do senador Tião Viana propõe que a escolha dos magistrados

seja feita da seguinte forma: um terço dentre juízes dos Tribunais Regionais Federais, observado o limite de quatro por região, um terço dentre desembargadores dos tribunais de Justiça, observado o limite de quatro por estado, indicados em lista tríplice, para cada vaga, respeitada a classe de origem, elaborada pelo próprio tribunal, e um terço dentre advogados e membros do Ministério Público federal, estadual, do Distrito Federal e dos territórios, alternadamente.

## Carlos Bezerra cobra punição para quem prejudicou BB no caso Encol

Por meio de requerimento de informações apresentado em Plenário, o senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) solicita ao Banco do Brasil (BB) informações acerca das punições administrativas contra funcionários que cometeram irregularidades em negociações com a construtora Encol.

Segundo Bezerra, a CPI do Sistema Financeiro, que investigou a falência da construtora, identificou uma série de falhas operacionais

que motivaram decisões administrativas temerárias, prejudiciais aos interesses do banco. Em um dos casos apurados, referente ao edifício Maison Strauss, o relatório final da CPI determinou objetivamente que a diretoria do BB adotasse medidas contra os funcionários envolvidos nas operações.

— Passados quase dois anos, ainda resta o cumprimento de muitas determinações da CPI — afirma o senador.



Carlos Bezerra estranha descumprimento de recomendações da CPI do Sistema Financeiro



Para Lauro Campos, Brasília não terá um metrô, e sim “um mero transporte leve de superfície”

## Lauro considera absurdo custo do metrô de Brasília

O senador Lauro Campos (PT-DF) afirmou, na sexta-feira, que o recém-inaugurado metrô de Brasília não é, de fato, transporte metroviário como existe em cidades como Paris e Londres. Segundo ele, o que caracteriza o metrô é o fato de ser um meio de transporte subterrâneo, com linhas em vários níveis com múltiplos cruzamentos entre elas, permitindo uma integração.

— O de Brasília é um mero transporte leve de superfície — afirmou.

Lauro Campos considerou absurdo o gasto de R\$ 1,4 bilhão para construir 40 quilômetros de uma única linha de superfície.

— E o governo ainda diz que faltam R\$ 250 milhões para concluir esse trenzinho, que, pelas promessas feitas pelo governador Joaquim Roriz em seu primeiro mandato, de-

veria ter sido inaugurado seis anos atrás. É um equívoco atrás do outro.

O senador pelo Distrito Federal estranhou, ainda, a falta de passagens especiais de acesso para os passageiros que embarcam e desembarcam nas estações do metrô de Brasília. “Em momento algum se pensou no passageiro que será despejado nas vias expressas da cidade, onde a velocidade média dos veículos é assustadora”, criticou Lauro Campos.

Ao concluir seu pronunciamento, o senador condenou a decisão do governador Joaquim Roriz de terceirizar os serviços do novo meio de transporte.

— Será um presente para empresas de transporte da cidade, depois de tanto dinheiro público gasto para instalar esse trenzinho — afirmou.

## Freire elogia revitalização de conselho metropolitano do Recife

O Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife (Conderm) aprovou norma para que sejam estabelecidas prioridades metropolitanas no processo orçamentário do próximo ano. O registro foi feito pelo senador Roberto Freire (PPS-PE), que se disse entusiasmado com a notícia de revitalização do Conderm, uma vez que o órgão pode se tornar um fórum de debates para a construção de políticas públicas relevantes para os municípios envolvidos.

A renovação, na opinião de Freire, é fruto da dinâmica que os novos representantes eleitos da região metropolitana do Recife adotaram, especialmente o prefeito João Paulo, que, “ao buscar o diálogo, possibilitou parcerias que

geraram uma nova forma de interação”. A iniciativa também contou com a colaboração significativa do prefeito Elias Gomes, liderança do PPS que está despontando no município de Cabo de Santo Agostinho, segundo o senador.

Freire explicou que até o momento a atuação do Conderm foi muito precária, alternando curtos períodos de produção com longos períodos de ausência da cena política.

— Poucos foram os resultados colhidos ao longo dos anos de funcionamento do Conderm. Parece que agora ele está saindo desse processo letárgico, assumindo uma positiva ânsia de trabalho — afirmou o senador, que assegurou o apoio do PPS.

# Lobão defende privatização para evitar falta de energia

Senador afirma que em todo o mundo estão sendo criados programas para desestatizar o setor e estranha oposição a essa tendência no Brasil

O governo necessita adotar, com urgência, uma política destinada à construção de novas usinas hidrelétricas ou, dentro de pouco tempo, o país poderá amargar a falta de energia elétrica. O alerta foi dado pelo senador Edison Lobão (PFL-MA) em discurso no Plenário no qual também defendeu a



Para Edison Lobão, Eletrobras já cumpriu seu papel

privatização da Eletrobras como forma de o país ser inserido no que chamou de mecanismo da retomada do crescimento do setor energético.

Edison Lobão entende que a Eletrobras, uma das mais antigas estatais brasileiras, já cumpriu seu papel. Atualmente, observou, a empresa encontra-se sucateada e mergulhada numa burocracia que

vem impedindo a modernização do setor elétrico brasileiro.

O senador estranhou que ainda existam focos de resistência para que a Eletrobras seja privatizada, quando em todo o mundo, inclusive nos antigos países comunistas, como a Rússia, estão sendo criados programas de privatização de empresas ligadas ao setor energético.

O senador disse que, além da construção de novas usinas hidrelétricas, o governo também deveria incentivar fontes de energia renováveis, como a eólica, solar, nuclear e termelétrica. Somente dessa maneira, a seu ver, os consumidores passariam a ter novas e mais baratas opções de consumo.

A privatização de um setor estratégico como o elétrico, disse Lobão, não deve preocupar os brasileiros que ainda têm dúvidas sobre a eficiência dos serviços sob o comando da iniciativa privada. Isso porque o governo criou a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) exatamente para fiscalizar e prestar orientação técnica que assegure a qualidade dos serviços, observou.

A Aneel, acrescentou, tem ainda por objetivo estabelecer condições para o aumento da oferta de energia elétrica, a fim de suprir o crescimento de demanda para os próximos anos. E mais: os programas inserem-se no âmbito do Plano Plurianual 2000/2003 e estão sintonizados com as diretrizes estabelecidas pelo governo federal.

Segundo o senador, a Aneel passou a punir concessionárias devido à falta de energia elétrica, os chamados "apagões".

## Quintanilha recomenda modelo hidrelétrico do TO

Primeiro a discursar na tribuna do Plenário na sexta-feira, o senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) defendeu a adoção, no Brasil, do modelo hidrelétrico utilizado no estado do Tocantins. Para ele, trata-se de um "modelo que vem ao encontro dos interesses do país". O senador informou que a privatização do gerenciamento do sistema energético local propiciou que fosse construída, no leito do rio Tocantins, a usina hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães. A obra, assinalou, está sendo feita em tempo recorde.

— A usina terá capacidade de 850 megawatts. A partir de dezembro, a geração de energia no estado será de cinco a seis vezes maior que a sua demanda — afirmou, observando que há ainda outros quatro projetos de plantas hidrelétricas no próprio leito do Tocantins.

De acordo com Quintanilha, a natureza foi generosa com o estado. O senador afirmou que, assim como o país, o Tocantins tem "materiais ricos e extraordinários".

O estado, que segundo o parlamentar tem duas das principais bacias hidrelétricas do país, hoje produz cerca de metade de sua demanda, algo em torno de 145 megawatts.

### RACIONAMENTO

O senador lamentou que agora, quando o Brasil se prepara para um crescimento econômico continuado, após ter controlado a inflação e vencido "sérias metas fiscais", o "fantasma do racionamento de energia, que rondava os parques industriais do país", se tenha materializado. Quintanilha leu notícia do jornal *O Globo*, cujo teor afirma que o eventual fracasso do pacote de 33 medidas lançado pelo governo federal para economizar 10% da energia gasta no país poderá resultar no racionamento. O jornal afirma ainda que os primeiros consumidores afetados serão os consumidores domésticos e comerciais.

— O país adotou um modelo energético superado. Os últimos governos, principalmente o governo Fernando Henrique, vêm

tentando modificá-lo, com maior participação do setor privado na produção e no planejamento da energia elétrica — afirmou o senador.

De acordo com Quintanilha, seria leviano dizer que nada foi realizado no setor elétrico pelo governo, que tem "procurado fazer o que é possível". O senador lembrou que foi facilitado o ingresso de investimentos estrangeiros, basicamente na área de distribuição de energia, cuja participação do setor privado é hoje de aproximadamente 77%. Ele realçou, no entanto, que, na geração, ocorre o contrário: cerca de 70% da energia gerada no país é feita por empresas estatais.

Quintanilha observou ainda que a ameaça de racionamento tem causa pluviométrica, já que a capacidade de energia instalada é compatível com a demanda nacional, de mais de 72 mil megawatts. Afirmou também que o país aproveita pouco seu potencial de geração de energia eólica, termelétrica e solar.

## Carlos Patrocínio acredita que brasileiro aprenderá a economizar

Em aparte ao senador Leomar Quintanilha (PPB-TO), o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) afirmou que a campanha governamental incentivando a economia de energia elétrica será boa para o país. Segundo ele, "o Brasil precisa, de vez em quando, ser sacudido por algumas preocupações".



"Brasil precisa, de vez em quando, ser sacudido", diz Patrocínio

O senador afirmou

que o "episódio da vaca louca" — quando o Canadá suspendeu a compra de carne bovina brasileira, sob o argumento de que o país não exercia um eficaz controle sanitário de seu rebanho — teve seu lado positivo. Segundo Patrocínio, a reação do Brasil possibilitou que hoje o país esteja preparando-se para ser um dos maiores exportadores de carne de todo o mundo.

— O plano de alerta para a população brasileira economizar energia vai ser bom: o brasileiro vai se acostumar a economizar energia não só

nas crises — observou o parlamentar.

Carlos Patrocínio afirmou concordar com declaração de Leomar Quintanilha de que o governo federal já fez muito em relação ao setor elétrico, mas afirmou que "não fez tudo o que deveria fazer".

— Considero um absurdo que, em alguns lugares do Brasil, ainda se use chuveiro elétrico. Tem de ser energia solar. Há 16 anos já uso energia solar e estou muito satisfeito — testemunhou o parlamentar.

Para Carlos Patrocínio, o Brasil precisa buscar energias alternativas, como a utilização do bagaço da cana-de-açúcar e a energia eólica, além da já citada energia solar. O senador ressaltou que é preciso também reativar o programa Proálcool, principalmente após o afundamento da plataforma P-36, para que o país não fique exposto aos interesses dos produtores de combustíveis fósseis.

## CAE analisará o projeto que impede desestatização do setor

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) recebe nos próximos dias, para análise em caráter terminativo, projeto de lei do senador Roberto Freire (PPS-PE) que exclui do programa de privatização as empresas do setor de geração e transmissão de energia elétrica. O projeto foi aprovado na semana passada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).



Roberto Freire, autor da proposta aprovada pela CCJ, teme prejuízo para o consumidor brasileiro

Embora não se oponha à participação do capital privado, Freire entende que as empresas do setor elétrico devem permanecer públicas, para evitar que soluções de continuidade de uma privatização apressada provoquem uma crise no setor e, junto a isso, o aumento da tarifa para os consumidores.

Em sua justificativa, o senador argumenta que a atividade do setor elétrico "é extremamente complexa e importante" e que a decisão a respeito de sua privatização "não pode ser tomada com base em autorização legislativa genérica e sem a participação efetiva do Congresso Nacional".

Freire afirma que a sua proposta resultará numa "firme sinalização" dos poderes públicos no sentido de que sejam realizados investimentos de vulto, como a construção de usinas termelétricas e pequenas hidrelétricas, além de outras formas alternativas de produção de energia.